

Ano 4, Vol. IV, Número 2, jul- dez, 2020, p. 107-126.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Janderlane Oliveira Beleza

Eulina Maria Leite Nogueira

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos sempre esteve relegada a um segundo plano no contexto da educação brasileira. Desde o início do projeto de colonização do Brasil a educação nunca foi destinada à classe subalterna, a classe pobre, sempre esteve a serviço da classe dominante. Diante disso, muitas crianças e jovens não tiveram acesso à educação básica. Na década de 1960, Paulo Freire apresentou uma experiência inovadora em relação à alfabetização de jovens e adultos que procurava valorizar seus conhecimentos de mundo e refletindo sobre sua participação na sociedade brasileira. Como advento da Ditadura Militar essa proposta emancipadora foi descartada e foi criado o Mobraal que não conseguiu responder à essa demanda. Somente com o período da redemocratização do Brasil foram criadas alguns projetos para tentar essa dívida que o Brasil tem com a população mais pobre. Assim, neste artigo fazemos um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado e defendido em 2019, no curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas e apresentaremos o contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Estado do Amazonas, com o objetivo de apresentar o percurso histórico da EJA, buscando relacionar com os dados atuais. A metodologia aplicada está pautada numa abordagem de pesquisa quali-quantitativa, enfatizando a pesquisa documental e bibliográfica, procurando na realizar um estudo dentro da teoria crítica da educação.

Palavras chave: Educação; EJA; Alfabetização.

THE HISTORICAL CONTEXT OF YOUTH AND ADULT EDUCATION IN BRAZIL

Abstract

Youth and Adult Education have always been neglected in the context of Brazilian education. Since the beginning of the colonization project in Brazil, education has never been aimed at the subordinate class, the poor class, and has always been at the service of the ruling class. Given this, many children and young people did not have access to basic education. In the 1960s, Paulo Freire presented an innovative experience concerning the literacy of young people and adults who sought to value their knowledge of the world and reflecting on their participation in

Brazilian society. As an advent of the Military Dictatorship, this emancipatory proposal was discarded and Mobral was created, which failed to respond to this demand. Only with the period of re-democratization in Brazil, some projects were created to try this debt that Brazil has with the poorest population. Thus, in this paper, we bring a part of the undergraduate thesis presented and defended in 2019, in the Pedagogy Degree course of the Institute of Education, Agriculture and Environment (IEAA) of the Federal University of Amazonas and we will present the historical context of Youth and Adult Education in Brazil and the State of Amazonas, to present the historical path of the EJA, seeking to relate to current data. The applied methodology is based on a qualitative and quantitative research approach, emphasizing documentary and bibliographic research, seeking to carry out a study within the critical theory of education.

Keywords: Education; Youth and Adult Education (EJA); Literacy.

Introdução

A educação é uma ação inerente ao ser humano, somente o Homem é capaz de ensinar e produzir conhecimento, através de suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 garante a todos os cidadãos o direito à educação. No entanto, verifica-se que ainda não é universal o acesso e a permanência de estudantes na escola por vários motivos, muitos precisam trabalhar e abandonam a escola, outros abandonam por problemas familiares, problemas sociais e escolares. Mas quase sempre a culpa pelo abandono recai sobre o estudante.

Neste sentido, seria necessário pensar estratégias para diminuir esses índices e melhorar a permanência do estudante no ambiente escolar, mas existem fatores externos que também contribuem para esse fenômeno de abandono que pode ser minimizado com políticas públicas que garantisse a população mais carente um meio de conseguir ter acesso e permanência com sucesso nos seus anos de estudos. Com isso corroboramos com a preocupação de Ferreira (2013, s/p), ao afirmar que “o fracasso escolar e a conseqüente evasão denotam o próprio fracasso das relações sociais que se expressam na realidade desumana que se vivencia no cotidiano, no qual a distância formada pela teoria e a prática desafia a inteligência do indivíduo”.

Neste sentido devemos lembrar que na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, nº 9394/96, estabelece no seu art. 4º “O dever do Estado com educação escolar pública será

efetivado mediante a garantia de: IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria”. Assim, é responsabilidade do Estado brasileiro oferecer educação adequada aos que não concluíram sua escolaridade básica.

Contudo, devemos entender que o ser humano vive para aprender, ao longo da vida a aprendizagem é o instrumento capaz de manter saudável a nossa saúde mental, pois a busca de conhecer sempre apresenta uma forma de aprender. Assim,

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado. (FREIRE 1997, p. 53).

Diante do exposto, podemos afirmar que a educação pode ser realizada em qualquer época da nossa existência, que diante das grandes desigualdades sociais e econômica que sustenta o Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser pensada a partir de políticas públicas que possam de fato garantir uma aprendizagem significativa, dentro de condições adequadas de ensino e aprendizagem. Na EJA é necessária uma metodologia adequada, desde dos processos que ocorrem dentro da sala de aula como nos demais espaços da escola.

Neste artigo fazemos um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado e defendido em 2019, no curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas e apresentaremos o contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Estado do Amazonas, com o objetivo de apresentar o percurso histórico da EJA, buscando relacionar com os dados atuais. A metodologia aplicada está pautada numa abordagem de pesquisa quali-quantitativa, que de acordo com Minayo (2010, p. 22) “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Utilizamos a pesquisa documental e bibliográfica, procurando na realizar um estudo dentro da teoria crítica da educação.

Essa temática foi suscitada durante o Estágio de Anos Iniciais que realizei numa escola no turno noturno, durante essa experiência presenciei diversas situações envolvendo professores e alunos dentro desse processo educativo a que me instigou pesquisa sobre a EJA.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Nossa proposta é apresentar um breve contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no estado do Amazonas, para compreendermos como foi sendo concebido essa modalidade de ensino ao longo da História deste país.

Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A educação de jovens e adultos teve uma trajetória histórica de lutas pela alfabetização que percorreu durante um longo período no Brasil, por muitos anos o país sofreu com o alto índice de pessoas analfabetas, ao decorrer dos anos criou vários programas para que esse índice diminuísse, como será exposto no decorrer do texto.

O problema de analfabetismo iniciou no período colonial e se estendeu durante quatro séculos, os primeiros alfabetizadores foram os jesuítas onde tinham como objetivo a formação religiosa dos indivíduos, essa educação se dava através de regras e mandamentos religiosos, esse método ocorria através da oralidade pois os indivíduos não tinham acesso à escola e nem sabiam escrever.

As escolas foram aparecer somente mais tarde, através do empenho dos jesuítas onde organizavam as escolas para os filhos dos colonizadores e filhos indígenas. Desta forma,

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características das que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demora social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar (MOURA, 2003, p. 26)

A Educação de jovens e adultos não se refere apenas a educação escolarizada, pois também acontece em local não formal como associações de moradores, sindicatos, comunidades, centros religiosos, dentre outros.

A educação de jovens e adultos foi relegada por um longo período até se tornar legalizada no Brasil. Inicia-se em 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas onde havia uma política baseada na exportação do café, neste período o adulto não alfabetizado era visto como um “sem futuro” que servia apenas para o trabalho rural não tinha oportunidade de aprender a ler e escrever, Getúlio implanta a ditadura civil, nesse momento o foco era a educação de crianças e jovens, somente mais tarde pensaram na educação de adultos.

Durante esses quatro séculos, observa-se o poder do povo branco, cristão, do sexo masculino e alfabetizados sobre a cultura dos negros, indígenas, mulheres e analfabetos constatando que a educação ocorria de maneira seletiva e excludente. No meados do século XX, são aprovados os projetos de leis que destacam a obrigatoriedade da educação de jovens e adultos visando o aumento da quantidade de eleitores no qual iriam atender os interesses da elite.

O ensino passa a se tornar legalizado pela Lei Saraiva de 1882, inserida a pós à Constituição Federal de 1891, que impossibilita o voto ao analfabeto, registrando apenas dos eleitores e candidatos que soubessem ler e escrever.

Em 1925, por meio da Reforma João Luiz Alves, começou o ensino noturno para jovens e adultos satisfazendo os interesses da elite que, por volta de 1930, dava início ao movimento contra o analfabetismo, tendo também como objetivo aumentar o grupo eleitoral.

O analfabetismo é visto como um "mal e uma doença nacional" e o analfabeto como "um sujeito sem cultura, preguiçoso, burro e incapaz", pois para exercer funções na indústria seria necessário que o indivíduo dominasse a leitura e a escrita. Com tudo,

[...] analfabetismo é o cancro que aniquila o nosso organismo, com suas múltiplas metáteses, aqui a ociosidade, ali o vício, além o crime. Exilado dentro de si mesmo como em um mundo desabitado, quase repellido para fora da espécie pela sua inferioridade, o analfabeto é digno de pena e a nossa desídia

indigna de perdão enquanto não lhe acudirmos com o remédio do ensino obrigatório. (COUTO, 1933, p. 190).

Através da Constituição Federal de 1934 foi estabelecida no Brasil a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário para todos, foi apenas no século XX que iniciou, o ensino noturno para essas pessoas que não tiveram acesso à educação formal na idade adequada.

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por campanhas nacionais de alfabetização a população analfabeta, executadas pelo governo federal a qual pretendia atender principalmente o povo que vivia no campo. Nesse período, a EJA ofertava o ensino primário e na década de 1960 que foi ofertado o ginásio.

No início desta década de 1960 a educação brasileira necessitou de uma nova concepção de educação embasada nas ideias de Paulo Freire, pois ele criou e vivenciou uma pedagogia voltada para a classe dos menos favorecidos, onde envolveu a prática pedagógica com a realidade dos educandos.

Paulo Freire (1921-1997) definiu um novo método direcionado para a alfabetização de adultos que associa a aprendizagem da leitura e escrita, o conhecimento e a expressão da cultura, bem como a conscientização e a interpretação dos problemas da realidade brasileira. Em seu ponto de vista, a educação é primordial para o entendimento da condição humana na sociedade. Em seu método ressaltou a necessidade do conhecimento e da cultura popular serem valorizados, a alfabetização partia de causas identificadas na realidade do grupo inserido no processo de alfabetização. A partir do estudo da linguagem do povo, Paulo Freire organizou o seu método de alfabetização e as ideias iniciais de sua prática pedagógica. Enfatizamos que,

Sempre confiáramos no povo. Sempre rejeitáramos fórmulas doadas. Sempre acreditávamos que tínhamos algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe. Experimentávamos métodos, técnicas, processos de comunicação. Superamos procedimentos. Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos, de que só nas bases populares e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas. Daí, jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a sua vulgarização, ou por outro lado, a doação do povo, do que

formulássemos nós mesmos, em nossa biblioteca e que a ele entregássemos como prescrições a serem seguidas. (FREIRE, 2005, p. 110)

Para Paulo Freire, o cidadão precisa estar consciente de suas dificuldades e ter boas expectativas de vida, procurando melhor condições, assim, a educação será uma possibilidade de libertação do oprimido. Corroborar que,

[...] a obra de Paulo Freire, assim como a obra de todo bom herói, é um desses fenômenos de forte apelo mítico. De tão bem que ele desencantou o mundo, encantou-se, e nos fez encantarmo-nos com ele. Sua obra e sua figura pessoal encontram-se, pois, intensamente cercadas de uma aura. Isso não é surpreendente. Isso veio sendo construído ao longo de sua vida profissional, e se acentuou à medida que envelhecia. O fundamento político dessa construção foi sua condição de patriota vitimado, que arriscou sua vida para realizar um projeto salvador: a libertação cultural e política de seus irmãos miseráveis, analfabetos, oprimidos. O que custou-lhe um exílio. Ao mesmo tempo, valeu-lhe o acesso ao mundo, e ao mundo, o acesso a ele (CASALI, 1998, p. 98).

Paulo Freire considerava que a educação não podia ser um simples método mecânico de transmissão de conteúdo. A educação necessita ser dialógica, deve considerar o conhecimento e a leitura que o indivíduo traz de casa no processo de alfabetização, desse modo, ela podia promover a alfabetização e ao mesmo tempo tornar um indivíduo crítico. Nesse sentido,

Freire, trazendo este novo espírito da época acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa Educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo. (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p. 5)

Na sua concepção, o educador deveria observar a cultura que o aluno apresenta e preparar situações para que ele pudesse refletir sobre os aspectos sociais e culturais de forma coletiva. No método de alfabetização está inserido a leitura do mundo que faz com que o indivíduo interaja na sociedade de forma crítica, a partir daí possibilitar novas

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

perspectivas de vida. Aqueles que são alfabetizados por este método passam a acreditar no poder de transformação, iniciando da leitura do mundo em que vive.

Outro ponto importante de sua pedagogia é a prática da liberdade, que só se torna seguro a partir da atuação espontânea e crítica dos educandos, logo, para “a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta (FREIRE, 1981).

O método utilizado por Freire é o diálogo, que possibilita a liberdade aos não livres, “proponho e defendo uma pedagogia crítico dialógica, uma pedagogia da pergunta” (FREIRE, 2001, p. 83). A proposta de alfabetização deve basear-se a todo momento na realidade dos educandos que serão alfabetizados. Neste sentido,

Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar. (FREIRE, 1980, p. 33-34).

O ponto principal dessa proposta de alfabetização são as informações que se tem acessos sendo ela formal ou informal, ou seja, a bagagem cultural de cada um dos alfabetizando já possuem. O docente necessita entender, primeiramente, o mundo do estudante, e o estudante deve ter consciência de suas condições. O educando deve partir da tomada de consciência da sua condição social de analfabeto, não deve ter medo de falar de seus problemas, de suas necessidades, seus sonhos, etc.

O Método de Paulo Freire disponibiliza condições de educação para os educandos desta modalidade de ensino. Compreendemos em Freire (1980), que a alfabetização não deve limitar-se a algo completamente mecânico e de memorização.

Com isso, todo conhecimento deve estar associado ao entendimento de uma situação real e concreta do aluno. O objetivo da educação para Freire é discutir com o indivíduo sobre sua realidade, com o propósito de modificá-lo, de superá-lo. Sua proposta de educação serve de recurso para a libertação do indivíduo visto que, tem como critério o diálogo, a existência da relação do docente-discente e da valorização dos conhecimentos prévios, pois através dele poderá construir novos conhecimentos.

Durante as experiências de educação popular realizadas neste período, destacam-se o Movimento de Educação de Base (MEB) desenvolvido pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os Centros Populares de Cultura (CPCs) desenvolvidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e o início da execução do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), de janeiro a abril de 1964, pelo governo federal com a implantação de programas baseados na proposta de Paulo Freire que vinculava a problemática educacional as questões econômicas e sociais do país. Com isso, houve naquele momento,

[...] a multiplicação dos programas de alfabetização de adultos, secundada pela organização política das massas, aparecia como algo especialmente ameaçador aos grupos direitistas; já não parecia haver mais esperança de conquistar o novo eleitorado [...] a alfabetização e educação das massas adultas pelos programas promovidos a partir dos anos 60 aparecia como um perigo para a estabilidade do regime, para a preservação da ordem capitalista. Difundindo novas ideias sociais, tais programas poderiam tornar o processo político incontrolável por parte dos tradicionais detentores do poder e a ampliação dos mesmos poderia até provocar uma reação popular importante a qualquer tentativa mais tardia de golpe das forças conservadoras. (PAIVA, 1983, p. 259)

Três anos após esse golpe militar o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que se limitou a alfabetizar de maneira funcional. O tecnicismo era o centro da proposta educacional do País, por isso se fazia uso de apostilas.

O Mobral entrou em declínio com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 5692/71) implantou-se o ensino supletivo onde um capítulo ficou reservado para a EJA. Em 1967 qualquer pessoa poderia ministrar as aulas neste programa, com isso o MOBRAL também foi alvo de críticas, porque não dava garantia de permanência nos estudos, e os alunos esqueciam com facilidade a ler e escrever. Dessa forma,

O trabalho pedagógico no MOBRAL, não tinha um caráter crítico e problematizador, sua orientação, supervisão e produção de materiais, era todo centralizado. Assim, este programa criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem. (MOTA, 2009, p. 15).

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Com o início da Nova República, em 1985, o governo federal acaba com o MOBRAL e cria com a Fundação EDUCAR (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos). Esta Fundação teve a responsabilidade de oferta pública, gratuita e de qualidade do ensino de 1^o Grau aos jovens e adultos.

Neste período, ocorreu a descentralização dos recursos que era de responsabilidade do governo Federal para investimentos na educação de jovens e adultos, passando a ser responsabilidade dos estados e municípios o dever da escolarização desse público.

A fundação EDUCAR também não conseguiu permanecer atuando e foi extinta no ano de 1990 no governo Collor, que não desenvolveu outro programa para a Educação de Adultos que garante suas funções. Assim,

Ainda na década de 1990, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, na qual a EJA passa a ser considerada uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio.

No ano 2000 ocorreram diversas discussões sobre as experiências na educação de jovens e adultos construídas na década de 1990. Foi divulgado em 10/05/2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação. Esse documento supera a discriminação do analfabeto como “inculto”.

O documento explica as especificidades de tempo e espaço dos jovens e adultos; a discussão presencial dos conteúdos curriculares; a importância em se entender as duas faixas etárias (jovens e adultos) inseridas nesta modalidade de educação; a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os da EJA.

As Diretrizes ressaltam a EJA como direito, trazendo a ideia de compensação e substituindo-a pelas de reparação e equidade. Para a realização de exames, normatizam sua oferta para maiores de 15 anos para o ensino fundamental e maiores de 18 anos para o ensino médio (BRASIL, 2002).

Neste mesmo período, foi destacada a inclusão da educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 09/01/2001, pelo governo federal.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Este Plano legalizou a determinação constitucional que define como um dos objetivos do PNE, a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, inciso I), tratando-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

O Plano compreende que a Educação de Jovens e Adultos deve fazer parte, no mínimo a oferta de uma formação correspondente às oito séries do ensino fundamental, reconhecendo a necessária produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do seu corpo docente.

Dentre as metas estabelecidas neste Plano Nacional para a EJA destacamos as seguintes: estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em 5 anos e, até o final da década, superar os índices de analfabetismo; assegurar, em 5 anos, a oferta de EJA equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade; incluir, a partir da aprovação do PNE, a EJA nas formas de financiamento da educação básica (BRASIL, 2001). Dessa forma,

Para cumprir essas metas, previa-se cooperação entre as três esferas de governo e a sociedade civil organizada, e o incremento de recursos financeiros, mas, no capítulo sobre financiamento, prevaleceu a proposta do executivo federal de emprego prioritário na EJA dos recursos destinados ao ensino fundamental que não integravam o FUNDEF (DI PIERRO 2001, p. 945).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino ofertada para pessoas que não tiveram acesso a escola no período regular por algum motivo. Os alunos que frequentam a EJA geralmente são os de baixa renda, meninas que tiveram filho cedo, homens que trabalham no período diurno, jovens que foram excluídos da escola por diversos motivos, idosos que não tiveram oportunidade de estudar no período regular. Mas, atualmente o público maior que está frequentando o ensino noturno são de jovens. Pois,

A inserção do jovem nesta modalidade de ensino tem se configurado como um fator desafiador para uma nova forma de fazer a EJA. A juvenilização, intensificada na contemporaneidade, decorre das deficiências do sistema escolar como a evasão e a repetência, que ocasionam a defasagem entre a idade e série; da busca pela certificação escolar oriunda da necessidade de trabalhar, da dificuldade de acesso; da ausência de motivação para o retorno a escola, entre outras. (CARVALHO, 2009, p. 01)

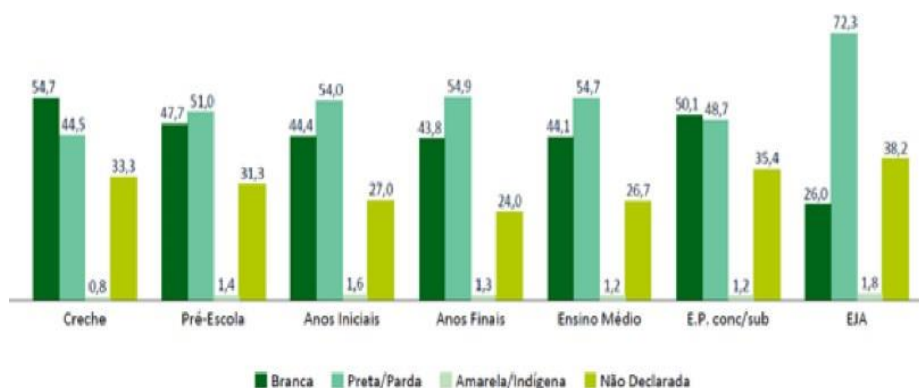
Alunos da EJA devem ser visto como pessoas capazes de melhorar de vida, tendo em vista novos horizontes, são pessoas buscando uma nova chance, para que possam continuar seus estudos, assim alcançando suas metas e buscando melhorias, são alunos que precisam de motivação para continuarem nessa caminhada. Com tudo,

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), regulamentada como modalidade de ensino, e, sem dúvida, uma educação de classe. Assim, se configura, no Brasil, como oferta de possibilidades de elevação da escolaridade para aqueles aos quais foi negado o direito a educação na fase da vida historicamente considerada adequada. E, mais precisamente, uma educação para as frações da classe trabalhadora cujos papeis a serem desempenhados no cenário produtivo não requerem maiores investimentos do Estado, enquanto representante prioritário dos interesses dos proprietários dos meios de produção. Tal marca dessa modalidade de ensino não é assumida no Parecer no 11 do ano de 2000, do Conselho Nacional de Educação, que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Entretanto, o mesmo Parecer, ao atribuir a EJA a função reparadora de uma dívida social, evidencia tal destinação de classe. (RUMERT, 2007, p. 38-39).

De acordo com o artigo 208 da Constituição de 1988, no que diz respeito a educação estabelece “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 2015, s/p)”. É evidente que a constituição de 1998, tem todo o cuidado de inserir no contexto educacional, esses alunos que foram impossibilitados de estudar durante o período diurno, e assim garantindo, o direito de ter um ensino noturno, inclusivo e de qualidade.

Como sabemos o Brasil é um país de grandes desigualdades sociais, os filhos dos trabalhadores, ainda tem dificuldades de acesso e permanência na escola desde a primeira infância até a fase adulta. Observe os dados abaixo:

Gráfico 1 – Matrícula de alunos por cor/raça



Fonte: INEP (2019)

Dados revelam que um processo de exclusão quando nos referimos a cor/raça. Neste sentido, percebemos como os negros e pardos ainda passam por um processo de exclusão na educação. Assim, podemos concluir que

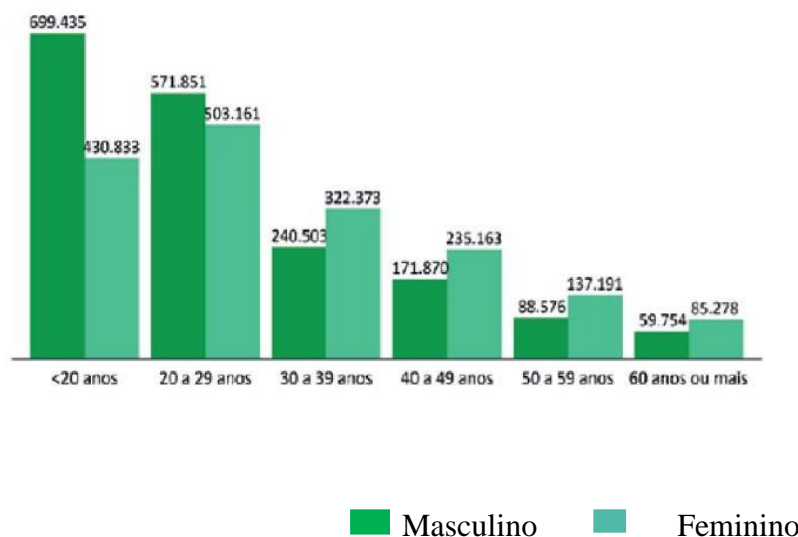
Com relação à cor/raça, percebe-se que as maiores proporções de alunos de cor/raça branca são identificadas na creche (54,7%) e na educação profissional concomitante ou subsequente (50,1%), representando mais da metade dos alunos dessas etapas. outrossim, pretos e pardos são maioria nas demais etapas de ensino, em especial na educação de jovens e adultos (EJA), na qual representam 72,3% dos alunos. A ausência da informação de cor/raça ainda alcança 23,0% em cada uma das etapas da educação básica (INEP, 2019, p.18).

Com isso, podemos inferir que a falta de oportunidade e equidade para os todos os brasileiros compromete o percurso escolar dos estudantes, gerando um percentual muito alto de pessoas que não tiveram condições de trilhar o processo educacional na idade

correta. Isso demonstra que a EJA é a forte indicação do quanto o Brasil é um país de poucas oportunidades para pessoas pardas e pretas.

Com relação a idade/sexo na EJA, podemos observar que o gráfico se altera a partir da faixa etária de 30 anos em diante.

Gráfico 2 – Matrícula de alunos por idade/sexo

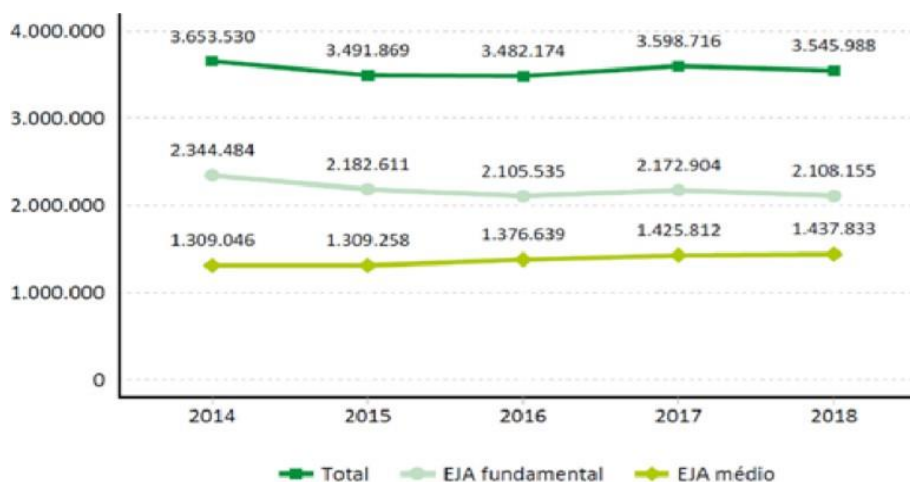


Fonte: INEP(2019)

Como podemos constatar existe uma predominância de alunos do sexo masculino até os 30 anos de idade, provavelmente pelo fator de um homem adentrar mais cedo no mercado de trabalho, seja formal ou informal, as mulheres aparecem com predominância a partir dos 30 anos, quando já criaram seus filhos, amadureceram e precisam de formação para o mercado de trabalho.

Atualmente, o quadro da EJA no Brasil aponta para uma diminuição de matrículas, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Percentual de matrículas da EJA no Brasil



Fonte: INEP (2019)

Segundo dados do INEP (2019) o total de matrículas para a modalidade EJA houve uma queda em 2015 e 2016, mas em 2017 teve um leve aumento. Podemos observar que houve uma redução de matrículas no Ensino Fundamental, provavelmente pelo fato do Brasil ter proporcionado acesso e permanência aos alunos do Ensino Fundamental, como a política de benefício de renda para as famílias da classe mais carentes conseguirem manter seus filhos na escola.

Educação de Jovens e Adultos no Amazonas

A história da educação de jovens e adultos no Estado do Amazonas, existe poucos autores que descrevem sobre essa temática, resgatando esse contexto histórico, sabemos que é de suma importância voltar no tempo e descrever essa trajetória, para entender como iniciou a modalidade da EJA no estado do Amazonas, e seus efeitos na vida dessas pessoas, as transformações que ocorreu nesta modalidade de ensino durante esse tempo.

A modalidade da EJA foi oficializada no Estado do Amazonas a partir da Lei “o ensino supletivo é assim instituído através da Lei 5.692/71 [...]” (MIRANDA, 2003, p. 122), tornando-se validada essa modalidade de ensino no Amazonas, dando início a trajetória da EJA no Estado. Após a legalização desta Lei não demorou muito para o Estado agir, assim realizando uma campanha para minimizar o analfabetismo no Amazonas. Assim,

A educação passou a ser contemplada nas falas dos governantes como algo essencial para o desenvolvimento do país e para garantir aos brasileiros o direito à cidadania. A partir deste momento o supletivo foi instituído como garantia a todos que não tiveram acesso à educação no tempo devido, com isso o supletivo deixa de ser uma mera aferição de conhecimentos de educação geral, para se tornar um sistema de curso e/ou exames norteados por um processo didático- pedagógico capaz de possibilitar aos adultos conhecimentos e habilidades tanto no aspecto da educação geral quanto no aspecto profissionalizante. (LIMA, 2008, p. 29-30).

Essa modalidade torna-se uma oportunidade para daquelas pessoas que por algum motivo em sua vida, não tiveram a oportunidade de frequentar a escola ou não tiveram acesso à educação formal, e para aqueles que buscavam uma segunda oportunidade de dar seguimento aos estudos, pois, por algum motivo não conseguiram terminar no ensino regular, interrompendo esse processo.

Lei 5.692/71 garante o direito à educação, tendo a intenção de ofertar, um ensino para aqueles que até então, por algum motivo foram negados a educação formal. O supletivo é uma modalidade educacional de ensino, garantido o direito à educação, que foi ofertada, atingindo um público específico, sendo alunos de famílias carentes de classe pobre, que não tiveram acesso à escola, considerados analfabetos.

A educação de jovens e adultos no Estado Amazonas não distingue da realidade de todos os estados brasileiros, são pessoas que buscam melhoria de vida, uma qualificação tanto profissional quanto pessoal, que estão em busca de uma oportunidade e realização de sonhos. A “Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC/AM) elaborou, através do Núcleo de Planejamento, o Plano Estadual de Implantação da Lei e cuja

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806
aprovação foi feita pelo Conselho Estadual de Educação, respaldada pela Resolução nº29/72” (MIRANDA, 2012, p. 175).

Podemos dizer que foi um grande avanço na educação a implementação da Lei 5.692/71, possibilitando há muitos cidadãos darem continuidade aos seus estudos, que para muitos é a realização de um sonho e assim minimizar o alto índice de pessoas analfabetas no país, portanto o ensino supletivo veio atender a demanda de analfabetos, que por algum motivo foram mantidos fora do processo educacional formal.

Logo, “o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 117). Desta forma, atendendo as necessidades de jovens e adultos e incluindo no sistema educacional formal.

O programa intitulado “Implantação do Ensino Supletivo”, foi adotado pelo Estado do Amazonas, sendo uma iniciativa do Governo, na qual o plano era escolarizar adolescentes e adultos que não teriam concluído o ensino básico na idade adequada. Assim,

O Plano, em questão, constituído de cinco Programas contemplava a Educação de Adultos como o Programa II intitulado “Implantação do Ensino Supletivo”, visando suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham tido na idade apropriada, proporcionando estudos de aperfeiçoamento ou atualização [...]. (MIRANDA, 2012, p. 175).

Com o Programa “Implantação do Ensino Supletivo” no sistema educacional do Estado do Amazonas, tendo como pauta a distorção de idade e séries, e assim alcançar um dos objetivos diminuir a diferença de idades e elevar o número de série que fazem parte do ensino regular. Através desse processo educacional, cidadãos amazonenses, teriam a oportunidade de prosseguir no seu processo de ensino e aprendizagem que por motivo pessoal tiveram que abandonar ou por não terem acesso à educação na idade adequada.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Três programas foram criados para conseguir atender a demanda nos municípios e na capital, assim atendendo as exigências e proposta da lei, para que pudesse ser ofertada a modalidade de ensino com qualidade, então foi pensado nesses três programas para que pudesse auxiliar no desenvolvimento e avanço do ensino supletivo, onde ambos tinha o objetivo de combater o analfabetismo no Estado, foram executados de maneira individual, e a organização foi realizada dessa maneira, Reestruturação das escolas noturnas para o atendimento do aspecto suplência do ensino supletivo; Implantação dos aspectos suprimimento e aprendizagem; Implantação da qualificação profissional do ensino supletivo.

“A educação é uma ampla mobilidade social e oferece uma grande perspectiva para sair da pobreza, para avançar na luta social, para avançar na vida” (GADOTTI, 2011, p. 32), a educação pode tornar o sujeito crítico, trazendo novas oportunidades e melhoria de vida, a educação transforma vidas.

De acordo com as informações de Cavalcante (2017, p. 22) que “ao todo foram sete (07) projetos”, sendo os mais importantes, que foram elaborados pela SEDUC, criados exclusivamente para a educação de jovens e adultos, pensado unicamente na alfabetização de jovens e adultos que por vários motivos não conseguiram concluir o ensino básico na idade adequada, assim oferecendo a esses alunos de baixa renda acesso à educação formal.

No ano de 1972 o Projeto Educação Integrada (PEI), que tinha a duração determinada para 240 dias letivos, sendo dividido em dois períodos de 120 dias cada, com uma carga horária de 300 horas para cada período, que foi criado com o objetivo de implantar o Ensino Supletivo, aonde ministravam o curso para os jovens e adultos a partir dos 14 anos de idade.

Era um curso de educação geral de 1ª a 4ª série do 1º grau, onde era garantindo o certificado dessas quatro primeiras séries do ensino fundamental, os alunos eram submetidos a diversos processos de avaliação, durante esses 240 dias letivos, avaliações de todos os conteúdos de 1ª a 4ª série.

Após essas avaliações os alunos que se encontravam aptos, prosseguiram, dando sequências de 5º a 8º série do 1º grau, os alunos que estavam com a idade adequada de

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

acordo com a Lei, poderia da continuidade no ensino regular ou supletivo. Esse programa teve a duração de treze anos de existência, que foi de 1972 até no ano de 1985.

Em 1986 o Projeto Educação Integrada (PEI), foi substituído por pelo Programa de Educação Básica (PEB), existindo poucas diferenças entre ambos, os mesmos tinham o objetivo de garantir a continuidade do processo de escolarização dos alunos pós-alfabetizados do ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau, e assim dando sequência as séries que faltava para concluir essa fase. Sendo utilizando no processo de ensino e aprendizagem, uma metodologia seguindo a linha de pensamento do construtivismo e do interacionismo.

Atualmente, o Estado do Amazonas efetuou no ano de 2019 mais 40 mil matrículas de estudantes no Ensino Fundamental na EJA e mais de 20 mil no Ensino Médio. Confirme dados abaixo (Quadro1):

Quadro 1 – Matrícula geral do Estado do Amazonas de 2019

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fund.	Médio
	Parcial	Integ.	Parcial	Integ.	Parcial	Integ.	Parcial	Integ.	Parcial	Integ.		
AMAZONAS												
Est. Urbana	0	0	0	0	70.634	6.126	112.068	14.804	142.745	14.209	10.066	18.946
Est. Rural	0	0	0	0	4.086	62	9.065	590	33.186	437	782	1.194
Munic. Urbana	16.619	3.810	82.186	238	173.769	9.643	71.805	6.321	0	0	23.868	0
Munic. Rural	6.005	123	28.933	246	93.723	4.702	54.887	5.581	0	0	13.003	0
Est. e Munic.	22.624	3.933	111.119	484	342.212	20.533	247.825	27.296	175.931	14.646	47.719	20.140

Fonte: INEP (2017)

Esses dados revelam que o Estado do Amazonas precisa de políticas públicas de educação para atender os alunos em idade correta, tentando diminuir as distorções idade-série, além de oportunizar atendimento apropriado para todos os estudantes que necessitam continuar seus estudos, pois isso melhora sua condição de vida e proporciona a sociedade brasileira melhores condições sociais.

Considerações Finais

A educação é um direito de todos preconizado pelo Constituição Federal de 1988, no entanto, o Brasil durante muito tempo negou a oportunidade de acesso e permanência a jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade correta.

Desde as primeiras experiências de educação no Brasil realizadas pelos Jesuítas, a população mais pobres não teve direito à escolarização, a educação escolar era reservada a classe dominante.

Somente em meados do século XX o Brasil passa a se preocupar em alfabetizar jovens e adultos, pois será interesse tanto do mercado de trabalho como de interesses políticos, já que analfabetos não votavam.

Dentro dessa política a educação oferecida a esses cidadãos brasileiros não conseguia obter êxito e nem se preocupavam em oferecer uma metodologia diferenciada. Somente quando Paulo Freire começa a alfabetizar adultos levando em consideração sua cultura e seus conhecimento cotidiano, buscando refletir sobre suas condições de vida e trabalho na sociedade brasileira.

Essa proposta passou a incomodar o governo da ditadura militar que apresenta uma outra proposta baseada no ensino tecnicista, não oportunizando aos educando a formação de uma consciência crítica.

Com a Constituição Federal de 1998, o Brasil apresenta uma nova possibilidade de EJA, vários programas implementados, mas ainda hoje temos uma gama muito grande de jovens e adultos que não concluíram a educação básica.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

No estado do Amazonas não é diferente, temos em 2019 quase 70 mil alunos na modalidade EJA, isso significa que a educação regular ainda não consegue beneficiar todos os alunos na idade correta.

Isso fica demonstra o quanto o Brasil ainda é um país com grande injustiça social que não consegue oferecer as condições adequadas para que crianças e adolescente permaneçam na escola, como podemos perceber é a população pobre que está inserida nesta modalidade de ensino.

Referências

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília-DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso: 06.10.2019.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos:** segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série. Secretária de Educação Fundamental, 2002.

CARVALHO, Roseli Vaz. **A Juvenilização da EJA: quais práticas pedagógicas? Caxambu-MG, 2009.** Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/posteres/GT18-5569--Int.pdf> Acesso: 02.04.2019.

CASALI, Alípio. **Paulo Freire: O educador na história.** Revista Educação, Sociedade e Cultura, 1998.

CAVALCANTE, Márcia Lopes. **A evasão na EJA em Humaitá-AM** (impresso). Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de pedagogia do IEAA. Humaitá-AM, 2017.

COUTO, Miguel. **No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo.** Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comercio, 1933.

DI PIERRO, M^a Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visão da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Cadernos Cedes, ano XXI, n° 55, novembro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf> Acesso: 12.06.2019.

FERREIRA, F. A. **Fracasso e evasão escolar.** 2013. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacao-escolar/fracasso-evacao-escolar.htm> acesso: 02.06.2019

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos – crítica de sua visão ingênua compreensão de sua visão crítica. In: FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. O Homem e sua experiência/Alfabetização e Conscientização. In: FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** Editora UNESP, 2001.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria e prática e proposta / Moacir Gadotti, José E. Romão (orgs.).** – 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

INEP – **Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> Acesso: 22.06.2019

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018 [recurso eletrônico]. – Brasília: DF, 2019. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2018/ea4da895-169f-44d3-9442-0b87a612c63c?version=1.3> Acessado: 02.12.2019

LIMA, Maria do Perpétuo Socorro Rebouças de. **A Representação Social de Escola para Alunos e Alunas da EJA – Educação de Jovens e Adultos – De Uma Escola Estadual que Oferece esta Modalidade de Ensino / Maria do Perpétuo Socorro Rebouças de Lima.** - Manaus: UFAM, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de. **Educação de Jovens e Adultos no Estado do Amazonas** (2. ed. rev. ampl.). / Alair dos Anjos Silva de Miranda. Manaus: EDUA, 2012.

MOTA, Rosângela da Silva. **Aprendizagem do Adulto e Correspondentes Metodologias.** Trabalho de conclusão de curso (especialização em Educação de Jovens e Adultos). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=41039> Acesso: 06.10.2019. 50

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica/Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.**

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos.** 5.ed. São Paulo. Loyola, 1983.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

RUMERT, Sônia Maria. **A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI.** O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. *Sisifo/revista de ciências da educação* ▪ n. 02 - jan/abr 2007.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da silva. **Educação de jovens e Adultos no Brasil: Uma Análise Histórica-Crítica.** *Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo*, v. 5, n. 2, nov. 2006. 15 p. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/287/193> acessado em 23.11.19

Recebido: 20/7/2020.

Aceito: 27/7/2020.

Autoras

Janderlane Oliveira Beleza

Graduada em Pedagogia/IEAA-UFAM

janderlaneob@gmail.com

Eulina Maria Leite Nogueira

Docente atuando na graduação e pós graduação do IEAA-UFAM

eleite@ufam.edu.br